



PAUTA DE JULGAMENTO



SESSÃO PLENÁRIA VIDEOCONFERÊNCIA

SESSÃO Nº 9339

10 de novembro de 2025, às 14h

Processos

1. RECURSO ELEITORAL Nº 0600734-87.2024.6.11.0019 1
RELATOR: Dr. Edson Reis
2. HABEAS CORPUS CRIMINAL Nº 0600235-29.2025.6.11.00003
RELATOR: Desembargador Marcos Machado
3. AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA Nº 0600211-98.2025.6.11.00005
RELATOR: Dr. Edson Dias Reis
4. RECURSO ELEITORAL Nº 0600394-85.2024.6.11.00066
RELATOR: Dr. Edson Reis
5. RECURSO ELEITORAL Nº 0600342-78.2024.6.11.00428
RELATOR: Dr. Raphael Arantes
6. RECURSO ELEITORAL Nº 0600568-44.2024.6.11.00559
RELATOR: Dr. Raphael Arantes
7. RECURSO ELEITORAL Nº 0600572-20.2024.6.11.004311
RELATOR: Dr. Raphael Arantes
8. AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL Nº 0600021-16.2022.6.11.0009 12
RELATORA: Drª Juliana Paixão
9. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no(a) REI Nº 0600336-32.2024.6.11.0055 13
RELATORA: Drª Juliana Paixão
10. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no(a) REI Nº 0600001-75.2025.6.11.0023 14
RELATOR: Dr. Raphael Arantes
11. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no(a) REI Nº 0600307-14.2024.6.11.0012 17
RELATOR: Dr. Edson Reis

Coordenadoria de Apoio ao Pleno, Acórdãos e Resoluções - COARE

☎ (65) 3362-8000

✉ e-mail: capj@tre-mt.jus.br

Informações Sessões: [sessões de julgamento](#)

Pautas de julgamento: [pautas de julgamento](#)

Sustentação oral: [formulário eletrônico](#)

Memoriais: [envio de memoriais](#)

Diário Eletrônico: [Diário da Justiça Eletrônico](#)



Facebook



X



Instagram



YouTube

1. RECURSO ELEITORAL Nº 0600734-87.2024.6.11.0019



Julgamento adiado para a sessão seguinte em 10.11.2025

Participação da Presidente: Art. 19, II c/c 65, § 3º do RI

PROCEDENCIA: Nova Olímpia - MATO GROSSO

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO - ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024

RECORRENTE: COLIGAÇÃO NOVA OLIMPIA DE TODOS - NOVA OLÍMPIA - MT

ADVOGADO: REINALDO LORENÇONI FILHO - OAB/MT6459-O

ADVOGADO: JORGE LUIZ ZANATTA PIASSA - OAB/MT24671-A

RECORRIDO: JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

ADVOGADO: HELIO UDSON OLIVEIRA RAMOS - OAB/MT6699-A

ADVOGADO: JONAS RACHID MURAD FILHO - OAB/MT6105-O

RECORRIDO: ARI CANDIDO BATISTA PREFEITO

ADVOGADO: HELIO UDSON OLIVEIRA RAMOS - OAB/MT6699-A

ADVOGADO: JONAS RACHID MURAD FILHO - OAB/MT6105-O

RECORRIDO: EDUARDO OLIVEIRA DE ALMEIDA VICE-PREFEITO

ADVOGADO: HELIO UDSON OLIVEIRA RAMOS - OAB/MT6699-A

ADVOGADO: JONAS RACHID MURAD FILHO - OAB/MT6105-O

PARECER: pelo parcial provimento do recurso, opinando pela cassação dos diplomas dos representados Ari Candido Batista e Eduardo Oliveira de Almeida, eleitos para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no âmbito das eleições municipais de 2024 em Nova Olimpia/MT, em virtude da ocorrência de abuso de poder econômico e político, com fundamento no art. 22, inciso XIV, da Lei Complementar nº 64/90, e demais efeitos correlatos.

RELATOR: **Dr. Edson Reis**

Preliminar: nulidade da sentença por ausência de fundamentação (Recorrente)

1º Vogal - Doutor Luis Otávio Marques

2ª Vogal - Doutora Juliana Paixão

3º Vogal - Doutor Pêrsio Landim

4º Vogal - Doutor Raphael Arantes

5º Vogal - Desembargador Marcos Machado

6ª Vogal - Desembargadora Serly Marcondes Alves

Mérito:

1º Vogal - Doutor Luis Otávio Marques

2ª Vogal - Doutora Juliana Paixão

3º Vogal - Doutor Pêrsio Landim

4º Vogal - Doutor Raphael Arantes

5º Vogal - Desembargador Marcos Machado

6ª Vogal - Desembargadora Serly Marcondes Alves



Trata-se de Recurso Eleitoral interposto pela Coligação “Nova Olímpia de Todos” contra sentença (ID 18970854) proferida pelo Juízo da 19ª Zona Eleitoral de Tangará da Serra/MT, que julgou improcedente a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) ajuizada em desfavor dos candidatos Ari Cândido Batista (prefeito), Eduardo Oliveira de Almeida (vice-prefeito) e José Elpídio de Moraes Cavalcante, referentes às eleições municipais de 2024 no Município de Nova Olímpia/MT.

Em suas razões recursais (ID 18970874), a coligação aduz, preliminarmente, a nulidade da sentença por ausência de fundamentação concreta e individualizada. No mérito, sustenta que os recorridos teriam incorrido, em síntese, na prática dos seguintes ilícitos eleitorais:

- a) captação ilícita de sufrágio, consubstanciada na entrega de materiais de construção e na oferta de valores a eleitores;
- b) abuso de poder econômico, mediante o uso irregular de carros de som e a realização de evento com características de showmício;
- c) abuso de poder político, em razão de perseguição a servidora pública vinculada à Administração Municipal, após manifestação de apoio político à oposição.

Alega que o conjunto fático-probatório, especialmente quando analisado de forma integrada, demonstra a gravidade e a reiteração das condutas, sendo suficiente para ensejar a condenação dos investigados com base na legislação eleitoral.

Ao final, requer o conhecimento e provimento do recurso eleitoral, com o acolhimento da preliminar de nulidade da sentença por ausência de fundamentação idônea e, subsidiariamente, no mérito, o reconhecimento da prática de captação ilícita de sufrágio, abuso de poder político e econômico, para fins de cassação dos diplomas do prefeito e do vice-prefeito, declaração de inelegibilidade pelo prazo de oito anos e aplicação das sanções previstas na legislação eleitoral, inclusive multa no valor máximo, de forma solidária entre os recorridos.

Intimados, os recorridos, apresentaram contrarrazões recursais (ID 18970878), nas quais defendem o desprovimento do recurso interposto.

A douta Procuradoria Regional Eleitoral, em sua manifestação (ID 18939059), opina “pelo parcial provimento do recurso, opinando pela cassação dos diplomas dos representados Ari Candido Batista e Eduardo Oliveira de Almeida, eleitos para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no âmbito das eleições municipais de 2024 em Nova Olimpia/MT, respectivamente, em virtude da ocorrência de abuso de poder econômico e político, com fundamento no art. 22, inciso XIV, da Lei Complementar nº 64/90, e demais efeitos correlatos.”

É o relatório.

2. HABEAS CORPUS CRIMINAL Nº 0600235-29.2025.6.11.0000



Participação da Presidente: Art. 19, II c/c 65, § 3º do RI

PROCEDENCIA: Sorriso - MATO GROSSO

ASSUNTO: *HABEAS CORPUS* PREVENTIVO – AUDIÊNCIA DESIGNADA – COMPARECIMENTO DA PACIENTE COMO TESTEMUNHA – AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - AJJE – 43ª ZONA ELEITORAL.

PACIENTE: SILVANA CRISTINA SCARTON

ADVOGADO: RODRIGO TERRA CYRINEU - OAB/MT16169-A

ADVOGADO: SILAS DO NASCIMENTO FILHO - OAB/MT4398-B

ADVOGADO: MARIA AMALIA MORO DO NASCIMENTO GOLIN - OAB/MT31017-O

ADVOGADA: NATÁLIA DE SOUZA ANDRADE – OAB/MT34.511/O

IMPETRANTE: RODRIGO TERRA CYRINEU

IMPETRANTE: SILAS DO NASCIMENTO FILHO

IMPETRADO: JUÍZO DA 043ª ZONA ELEITORAL DE SORRISO MT

PARECER: pela declaração de perda do objeto do presente *writ*, com fundamento no art. 659 do Código de Processo Penal, e, por conseguinte, pela extinção do feito sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil.

RELATOR: Desembargador Marcos Machado

Prejudicial de mérito: perda de objeto (Procuradoria Regional Eleitoral)

1º Vogal - Doutor Edson Reis

2º Vogal - Doutor Luis Otávio Marques

3ª Vogal - Doutora Juliana Paixão

4º Vogal - Doutor Pêrsio Landim

5º Vogal - Doutor Raphael Arantes

6ª Vogal - Desembargadora Serly Marcondes Alves

Mérito:

1º Vogal - Doutor Edson Reis

2º Vogal - Doutor Luis Otávio Marques

3ª Vogal - Doutora Juliana Paixão

4º Vogal - Doutor Pêrsio Landim

5º Vogal - Doutor Raphael Arantes

6ª Vogal - Desembargadora Serly Marcondes Alves

RELATÓRIO

Habeas Corpus impetrado em favor de SILVANA CRISTINA SCARTON contra ato comissivo do Juízo da 43ª Zona Eleitoral de Mato Grosso, com sede em Sorriso/MT, nos autos de ação de investigação judicial eleitoral (nº 0600941-14.2024.6.11.0043), que determinou a intimação da paciente para ser ouvida, como testemunha, em audiência designada para 23.10.2025 (ID 18970699).

Os impetrantes sustentam que a paciente foi “intimada para depor na qualidade de testemunha”, na AIJE nº 0600941-14.2024.6.11.0043, mas “figura como investigada [...] no Inquérito Policial Eleitoral nº 0600878-86.2024.6.11.0043” que apura os mesmos fatos, a configurar constrangimento ilegal por ofensa ao princípio da não autoincriminação.

Requerem a concessão da ordem para garantir a paciente “o direito de não comparecer à audiência designada para 23.10.2025” (ID 18970696), com documentos (ID 18970697 ao ID 18970701).



O pedido liminar foi deferido (ID 18971872).

A i. Procuradoria Regional Eleitoral opina pela prejudicialidade superveniente do objeto da impetração ao considerar a realização da “audiência designada para o dia 23 de outubro de 2025” (ID 18980598).

É o relatório.

3. AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA Nº 0600211-98.2025.6.11.0000



Participação da Presidente: Art. 19, II c/c 65, § 3º do RI

PROCEDENCIA: Cuiabá - MATO GROSSO

ASSUNTO: AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA – VEREADOR – JUSTA CAUSA – MANUTENÇÃO DO MANDATO ELETIVO

REQUERENTE: FRANCISCO CARLOS AMORIM SILVEIRA

ADVOGADA: TANIA REGINA IGNOTTI FAIAD - OAB/MT5931-O

ADVOGADO: IVANILDO DE ALMEIDA - OAB/MT25704-O

ADVOGADO: FRANCISCO ANIS FAIAD - OAB/MT3520-A

ADVOGADO: ANDRE IGNOTTI FAIAD - OAB/MT29800-O

ADVOGADO: BRUNO SAMPAIO SALDANHA - OAB/MT8764-O

ADVOGADO: PABLO AUGUSTO BRITO VIEIRA - OAB/MT33280/O

ADVOGADO: ARNALDO ESTEVAO DE FIGUEIREDO NETO - OAB/MT29499-O

ADVOGADA: MARINA IGNOTTI FAIAD - OAB/MT16735-O

REQUERIDO: PL - PARTIDO LIBERAL - DIRETORIO MUNICIPAL DE CUIABA – MT

PARECER: pela procedência do pedido

RELATOR: Dr. Edson Dias Reis

1º Vogal - Doutor Luis Otávio Marques

2ª Vogal - Doutora Juliana Paixão

3º Vogal - Doutor Pêrsio Landim

4º Vogal - Doutor Raphael Arantes

5º Vogal - Desembargador Marcos Machado

6ª Vogal - Desembargadora Serly Marcondes Alves

RELATÓRIO

Trata-se de Ação de Justificação de Desfiliação Partidária proposta por FRANCISCO CARLOS AMORIM SILVEIRA, Vereador no município de Cuiabá/MT, em face do DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PARTIDO LIBERAL - PL (CUIABÁ/MT), para que seja declarada a justa causa para a sua desfiliação com a manutenção de seu mandato, fundamentada na anuência do partido (carta de ID 18963902).

Citado com a advertência do parágrafo único do art. 4º da Res. TSE nº 22.610/2007 (IDs 18966337 e 18966338), o partido requerido deixou decorrer o prazo sem manifestação (ID 18968056).

A douta Procuradoria Regional Eleitoral manifestou-se pela procedência do pedido (ID 18968173).

É o relatório.

4. RECURSO ELEITORAL Nº 0600394-85.2024.6.11.0006



Participação da Presidente: Art. 19, II c/c 65, § 3º do RI

PROCEDENCIA: Cáceres - MATO GROSSO

OBJETO: RECURSO ELEITORAL – AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL – IMPROCEDÊNCIA – CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS – ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024.

RECORRENTE: COLIGAÇÃO A EXPERIÊNCIA E A ESPERANÇA, UNIDOS POR CÁCERES (PL/MDB/PRD/PRTB)

ADVOGADA: JAQUELINE ARRUDA ALVES - OAB/MT34311-O

ADVOGADO: DANIEL BRETAS FERNANDES - OAB/MT24180-O

ADVOGADA: JULIANA SALES PAVINI - OAB/MT20212-O

ADVOGADO: JOSE RENATO DE OLIVEIRA SILVA - OAB/MT6557-O

ADVOGADO: RICARDO AMBROSIO CURVO FILHO - OAB/MT22120-A

RECORRIDA: ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

ADVOGADA: JOAO EDUARDO FAQUINI CARDOSO - OAB/MT34180-O

ADVOGADO: ORLANDO WALDOMIRO DAN JUNIOR - OAB/MT34813-O

ADVOGADO: DANIEL DE OLIVEIRA ANTONIASSI - OAB/MT33118-O

ADVOGADO: HAMILTON LOBO MENDES FILHO - OAB/MT10791-A

RECORRIDO: LUIZ LAUDO PAZ LANDIM

ADVOGADA: JOAO EDUARDO FAQUINI CARDOSO - OAB/MT34180-O

ADVOGADO: ORLANDO WALDOMIRO DAN JUNIOR - OAB/MT34813-O

ADVOGADO: DANIEL DE OLIVEIRA ANTONIASSI - OAB/MT33118-O

ADVOGADO: HAMILTON LOBO MENDES FILHO - OAB/MT10791-A

PARECER: pelo não provimento do recurso

RELATOR: Dr. Edson Reis

1º Vogal - Doutor Luis Otávio Marques

2ª Vogal - Doutora Juliana Paixão

3º Vogal - Doutor Pêrsio Landim

4º Vogal - Doutor Raphael Arantes

5º Vogal - Desembargador Marcos Machado

6ª Vogal - Desembargadora Serly Marcondes Alves

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Eleitoral interposto pela Coligação "A Experiência e a Esperança, Unidos por Cáceres", contra a sentença (ID 18831719) proferida pelo Juízo da 6ª Zona Eleitoral de Cáceres/MT, que julgou improcedente a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) proposta em face de Antônio Eliene Liberato Dias e Luiz Laudo Paz Landim, eleitos, respectivamente, para os cargos de prefeita e vice-prefeito no pleito de 2024.

A presente Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) tem por objeto a apuração da suposta prática de abuso de poder político e econômico, bem como o uso indevido da máquina administrativa pela então prefeita e candidata a reeleição de Cáceres/MT, nas eleições de 2024.

Em razões recursais (ID 18831725), a coligação alega, em síntese, abuso de poder político e econômico e uso indevido da máquina administrativa, sustentando que houve prorrogação irregular de contrato de publicidade com a empresa Criari Comunicação Ltda., abrangendo o período eleitoral em que a

publicidade institucional é vedada, além de indícios de que a mesma empresa — ou grupo econômico ligado a ela — também prestava serviços de marketing à campanha dos investigados.



Argumenta que a sentença ignorou provas de financiamento cruzado entre a prefeitura e a campanha, como a veiculação de vídeos idênticos nas páginas institucionais e pessoais da candidata, discrepâncias entre valores de contratos públicos e despesas eleitorais declaradas, e indícios de envolvimento da empresa Gonçalves Cordeiro/Startup GC Ltda. em esquema de desvio de verbas públicas com fins eleitorais.

Ao final, a recorrente requer a reforma da sentença, com a cassação dos diplomas dos recorridos, a declaração de inelegibilidade por oito anos e aplicação de multa de até 100 mil UFIRs, além do envio de cópias ao Ministério Público para apuração de eventual improbidade administrativa.

Intimados, os recorridos Antônia Eliene Liberato Dias e Luiz Laudo Paz Landim apresentaram suas contrarrazões recursais (ID 18831730), nas quais defendem o desprovimento do recurso.

A douta Procuradoria Regional Eleitoral, em sua manifestação (ID 18835804), opina “pelo NÃO PROVIMENTO do recurso.”

É o relatório.

5. RECURSO ELEITORAL Nº 0600342-78.2024.6.11.0042



PROCEDENCIA: Sapezal - MATO GROSSO

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS - CANDIDATA - VEREADORA
- ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024

RECORRENTE: FLAVIANE RAMALHO DOS SANTOS

ADVOGADA: FLAVIANE RAMALHO DOS SANTOS - OAB/MT9189-O

RECORRIDO: JUÍZO DA 042ª ZONA ELEITORAL DE SAPEZAL MT

PARECER: pelo não provimento do recurso.

RELATOR: Dr. Raphael Arantes

1º Vogal - Desembargador Marcos Machado

2º Vogal - Doutor Edson Reis

3º Vogal - Doutor Luis Otávio Marques

4ª Vogal - Doutora Juliana Paixão

5º Vogal - Doutor Pêrsio Landim

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Eleitoral interposto por FLAVIANE RAMALHO DOS SANTOS, candidata ao cargo de Vereadora nas Eleições Municipais de 2024 em Sapezal/MT, em face da sentença proferida pelo Juízo da 42ª Zona Eleitoral, que desaprovou as suas contas de campanha.

O juízo de primeiro grau fundamentou a desaprovação na subsistência de uma única irregularidade: despesas realizadas com combustíveis no valor total de R\$ 497,02, sem o registro ou comprovação do veículo que justificasse o gasto. A sentença afastou a aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, pois o valor irregular correspondia a 10,53% do total de recursos movimentados.

Inconformada, a recorrente sustenta que a irregularidade é meramente formal e isolada. Alega que o valor de R\$ 497,02 deve ser considerado diminuto e irrisório em seu valor absoluto, sendo inferior ao patamar de R\$ 1.064,10 (1.000 UFIRs), critério este consolidado na jurisprudência do TSE para aplicação do princípio da insignificância.

A candidata argumenta que, embora o percentual atinja 10,53%, a comprovação documental do gasto lícito, a ausência de recursos públicos na campanha (utilização de autodoação) e a boa-fé demonstram que a falha não possui gravidade suficiente para macular a regularidade das contas.

Requer, por fim, o conhecimento e provimento do recurso para que a sentença seja reformada e suas contas sejam APROVADAS COM RESSALVAS.

As contrarrazões foram juntadas conforme ID 18911845.

A d. Procuradoria Regional Eleitoral (ID 18920155) manifestou-se pelo NÃO PROVIMENTO do recurso.

É o relatório.



PROCEDENCIA: Cuiabá - MATO GROSSO

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS – CADIDATA - VEREADORA
- ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024

RECORRENTE: MARINA FIGUEIREDO REIS

ADVOGADO: GUSTAVO GONCALVES MENDES - OAB/MT33069-O

ADVOGADO: DIEGO ATILA LOPES SANTOS - OAB/MT21614-O

ADVOGADA: MARIANA ALMEIDA BORGES - OAB/MT26561-O

ADVOGADO: LEANDRO ANTONIO ALVES DA SILVA - OAB/MT26477-O

ADVOGADA: FRANCIANE OLIVEIRA LOURENCO - OAB/MT24024-O

ADVOGADO: LEONARDO BENEVIDES ALVES - OAB/MT21424-A

ADVOGADO: WELITON WAGNER GARCIA - OAB/MT12458-O

ADVOGADA: ROSSILENE BITENCOURT IANHES BARBOSA - OAB/MT5183-A

ADVOGADA: MARIELLE BARBOSA DE BRITO - OAB/MT25657-O

ADVOGADO: GILMAR D'MOURA SOUZA - OAB/MT5681-A

ADVOGADO: ADILSON BATISTA DOS SANTOS - OAB/MT27637-O

ADVOGADA: ZAIRA DOS SANTOS TENORIO - OAB/MT34297-O

ADVOGADO: CLEYSON ESTERIZ REZENDE BORGES - OAB/MT31049-O

ADVOGADO: VALDIS CASTILHO SOARES JUNIOR - OAB/MT16140-A

ADVOGADA: GEISSIANE THALITA MARQUES AGUIAR - OAB/MT30560-O

ADVOGADO: MAURICIO JOSE CAMARGO CASTILHO SOARES - OAB/MT11464-A

ADVOGADO: RUBENS ANDRE PERIM DE PAIVA JUNIOR - OAB/MT32293-O

RECORRIDO: JUÍZO DA 055ª ZONA ELEITORAL DE CUIABÁ MT

PARECER: pelo parcial provimento do recurso, apenas para afastar o recolhimento do valor de R\$ 3.000,00, referente ao item 3.2, mas mantendo as contas desaprovadas em razão das irregularidades remanescentes.

RELATOR: **Dr. Raphael Arantes**

1º Vogal - Desembargador Marcos Machado

2º Vogal - Doutor Edson Reis

3º Vogal - Doutor Luis Otávio Marques

4ª Vogal - Doutora Juliana Paixão

5º Vogal - Doutor Pêrsio Landim

RELATÓRIO

Trata-se de RECURSO ELEITORAL (ID 18898360) interposto por MARINA FIGUEIREDO REIS em face da sentença proferida pelo Juízo da 55ª Zona Eleitoral de Cuiabá/MT que julgou desaprovou suas contas de campanha relativas às Eleições Municipais de 2024, nas quais concorreu ao cargo de Vereadora no município de Cuiabá, bem como determinou o recolhimento de R\$ 3.000,00 ao Tesouro Nacional.

A sentença de primeiro grau desaprovou as contas da candidata em razão de duas irregularidades:

1. Item 1.1 - Descumprimento quanto ao prazo para envio dos dados relativos aos recursos financeiros recebidos na campanha, estabelecido pela legislação eleitoral, em relação à doações (art. 47, I, da Resolução TSE nº 23.607/2019). Item 1.2 - A prestação de contas parcial foi entregue em 16/09/2024, fora do prazo fixado pelo art. 47, § 4º, da Resolução-TSE nº 23.607/2019.
2. Item 3.2 - Despesa de R\$ 3.000,00 com impulsionamento de conteúdo, paga com recursos do FEFC,

sem a apresentação da Nota Fiscal.

A recorrente alega, em síntese que: a) Apresentou o comprovante bancário de pagamento (boleto) para o gasto de R\$ 3.000,00, o que constitui meio idôneo de prova nos termos do Art. 60, § 1º, inciso III, da Resolução TSE nº 23.607/2019. b) A intempestividade da receita (30,79%) seria mera falha formal, insuscetível de desaprovar as contas, devendo ser aplicada a aprovação com ressalvas.

As contrarrazões foram apresentadas conforme ID 18898364.

A douta Procuradoria Regional Eleitoral manifestou-se pelo "PARCIAL PROVIMENTO do recurso, apenas para afastar o recolhimento do valor de R\$ 3.000,00, referente ao item 3.2, mas mantendo as contas desaprovadas em razão das irregularidades remanescentes". (ID 18906012)

É o relatório.



7. RECURSO ELEITORAL Nº 0600572-20.2024.6.11.0043



PROCEDENCIA: Sorriso - MATO GROSSO

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS - CANDIDATO - VEREADOR
- ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024.

RECORRENTE: SANTINHO AGOSTINHO SALERNO

ADVOGADO: CEZAR VIANA LUCENA - OAB/MT19417-O

ADVOGADO: DANIEL HENRIQUE DE MELO SANTOS - OAB/MT12671-O

RECORRIDO: JUÍZO DA 043ª ZONA ELEITORAL DE SORRISO MT

PARECER: pelo não provimento do recurso

RELATOR: Dr. Raphael Arantes

1º Vogal - Desembargador Marcos Machado

2º Vogal - Doutor Edson Reis

3º Vogal - Doutor Luis Otávio Marques

4ª Vogal - Doutora Juliana Paixão

5º Vogal - Doutor Pêrsio Landim

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Eleitoral interposto por SANTINHO AGOSTINHO SALERNO, candidato ao cargo de Vereador no município de Sorriso/MT nas Eleições de 2024, em face da r. sentença proferida pelo Juízo da 43ª Zona Eleitoral, que julgou desaprovadas suas contas de campanha e determinou o recolhimento de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) ao Tesouro Nacional.

O juízo *a quo*, acolhendo os pareceres da unidade técnica e do Ministério Público Eleitoral de primeira instância, fundamentou a desaprovação na subsistência de duas irregularidades principais, a saber:

1. Ausência de comprovação da totalidade de gastos com impulsionamento de conteúdo: divergência entre a despesa declarada (R\$ 1.200,00) e a nota fiscal apresentada (R\$ 1.000,00);
2. Omissão de despesas e recebimento de recursos de fonte vedada: existência da Nota Fiscal Eletrônica nº 202400000004603, no valor de R\$ 400,00, emitida em nome do candidato, mas não declarada na prestação de contas e sem trânsito pela conta bancária de campanha.

Em suas razões recursais, o candidato pugna pela reforma da sentença, sustentando, em síntese, a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Argumenta que o valor da irregularidade (R\$ 400,00) é ínfimo, representando menos de 1% do total de recursos movimentados, patamar muito inferior ao limite de 10% usualmente tolerado pela jurisprudência para fins de aprovação com ressalvas.

Requer, ao final, que suas contas sejam julgadas aprovadas com ressalvas, com o afastamento da determinação de recolhimento de valores ao erário.

As contrarrazões foram apresentadas em ID 18963289.

A douta Procuradoria Regional Eleitoral, pugnou pelo não provimento do recurso. (ID 18963695)

É o relatório.

8. AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL Nº 0600021-16.2022.6.11.0009



PROCEDENCIA: Barra do Garças - MATO GROSSO

ASSUNTO: AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL – DECISÃO – JUÍZO ELEITORAL – PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA – INDEFERIMENTO.

AGRAVANTE: COSME ACACIO GOMES

ADVOGADO: JUNIO CESAR COELHO DA SILVA - OAB/MT19199-O

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

PARECER: pelo não provimento do agravo interposto

RELATORA: Drª Juliana Paixão

1º Vogal - Doutor Pêrsio Landim

2º Vogal - Doutor Raphael Arantes

3º Vogal - Desembargador Marcos Machado

4º Vogal - Doutor Edson Reis

5º Vogal - Doutor Luis Otávio Marques

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo em Execução Penal interposto por Cosme Acácio Gomes, contra decisão do Juízo da 9ª Zona Eleitoral de Barra do Garças/MT, que rejeitou o pedido de reconhecimento da prescrição da pretensão executória da pena imposta nos autos da Ação Penal nº 1-79.2019.6.11.0009, mantendo o prosseguimento da execução.

O agravante foi condenado, por sentença transitada em julgado em 23/07/2021, pela prática do crime previsto no art. 299 do Código Eleitoral, à pena de 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão, substituída por duas restritivas de direito (prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária de 1 salário-mínimo) e à pena de 10 dias-multa, à razão de 1/30 do salário-mínimo para cada dia-multa.

Sustenta a defesa que o prazo prescricional de 4 (quatro) anos teria transcorrido entre o trânsito em julgado para a acusação (23/07/2021) e a decisão impugnada (23/07/2025), sem causas interruptivas, e que não houve intimação pessoal válida do apenado para início do cumprimento da pena, tornando inválido o marco interruptivo.

Aduz, ainda, que faria jus ao indulto natalino previsto no Decreto nº 11.302/2022, requerendo a extinção da punibilidade.

O juízo de primeiro grau indeferiu os pedidos formulados, sob o fundamento de que o início da execução ocorreu em 2022, quando houve deferimento de parcelamento da multa e designação de local para prestação de serviços, com intimação pessoal do apenado, e que o pagamento parcial da multa realizado em outubro/2022 configura causa interruptiva da prescrição, conforme art. 117, V, do Código Penal (ID 18968502).

Irresignada, a defesa interpôs o presente agravo em execução penal (ID 18968504) reiterando o pedido de extinção da punibilidade pela prescrição e, subsidiariamente, pleiteando o reconhecimento do indulto natalino com base no Decreto Presidencial nº 11.302/2022, além de alegar cerceamento de defesa e impropriedade da menção à litigância de má-fé.

O Ministério Público Eleitoral, em parecer da lavra do Procurador Regional Eleitoral opinou pelo não provimento do agravo, sob os seguintes fundamentos: o prazo prescricional inicia-se com o trânsito em julgado para ambas as partes; houve interrupção da prescrição com o pagamento da primeira parcela da multa em 07/11/2022, conforme art. 117, V, do CP e o indulto natalino não alcança penas restritivas de direitos, consoante art. 8º, I, do Decreto nº 11.302/2022.

É o relatório.

9. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no(a) REI Nº 0600336-32.2024.6.11.0055



PROCEDENCIA: Cuiabá - MATO GROSSO

ASSUNTO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS - CANDIDATO - ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024.

EMBARGANTE: RENATO FERREIRA DE SANTANA LARA

ADVOGADO: RONALDO DE CASTRO FARIAS SANTOS - OAB/MT15626-O

PARECER: pela rejeição dos embargos de declaração

RELATORA: Dr^a Juliana Paixão

1º Vogal - Doutor Pêrsio Landim

2º Vogal - Doutor Raphael Arantes

3º Vogal - Desembargador Marcos Machado

4º Vogal - Doutor Edson Reis

5º Vogal - Doutor Luis Otávio Marques

RELATÓRIO

Cuida-se de embargos de declaração com pedido de efeitos infringentes opostos por Renato Ferreira de Santana Lara, candidato ao cargo de vereador no Município de Cuiabá/MT nas Eleições de 2024, em face do Acórdão nº 32.289/2025, proferido por esta Egrégia Corte, que, por unanimidade, negou provimento ao recurso eleitoral, mantendo a sentença de desaprovação das contas e determinando a devolução de R\$ 1.510,00 ao Tesouro Nacional.

O embargante sustenta a existência de omissões, contradições e obscuridades no v. acórdão, com base no art. 275 do Código Eleitoral e art. 1.022 do Código de Processo Civil, requerendo, inclusive, efeitos modificativos.

Nos presentes embargos (ID 18971028), o embargante alega, em síntese: (i) contradição entre o voto condutor e a ementa quanto ao item 3 – divergência de fornecedor, afastada no corpo do voto, mas mantida na ementa, o que alteraria o cálculo do percentual de irregularidades de 10,39% para 2,85%; (ii) omissão na análise da prova documental referente aos serviços contábeis e advocatícios (item 11), que, segundo o embargante, foram pagos pelo partido e devidamente comprovados nos autos da agremiação sob ID 123732647; e (iii) omissão e obscuridade quanto à aplicação dos precedentes sobre atraso na entrega dos relatórios financeiros, uma vez que o atraso seria apenas formal e sem dolo.

O Ministério Público Eleitoral, em parecer (ID 18973503), opinou pela rejeição dos embargos, ressaltando a ausência de qualquer vício do art. 275 do Código Eleitoral, e que a pretensão do embargante revela mero inconformismo com o resultado do julgamento.

É o relatório.

10. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no(a) REI Nº 0600001-75.2025.6.11.0023



Participação da Presidente: Art. 19, II c/c 65, § 3º do RI

PROCEDENCIA: Nova Santa Helena - MATO GROSSO

ASSUNTO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - RECURSO ELEITORAL - AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO - CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO - ABUSO DE PODER ECONÔMICO E POLÍTICO - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024

EMBARGANTE: LUZIA GUEDES CARRARA

ADVOGADO: CEZAR VIANA LUCENA - OAB/MT19417-O

ADVOGADO: LUCAS COLDEBELLA - OAB/MT21969-O

EMBARGADO: PAULINHO BORTOLINI

ADVOGADO: FELIPE COSTA FERNANDO - OAB/MT27850-O

EMBARGADO: RAFAEL RODRIGO DE LIMA

ADVOGADO: FELIPE COSTA FERNANDO - OAB/MT27850-O

PARECER: pela rejeição dos embargos de declaração.

RELATOR: Dr. Raphael Arantes

1º Vogal - Desembargador Marcos Machado

2º Vogal - Doutor Edson Reis

3º Vogal - Doutor Luis Otávio Marques

4ª Vogal - Doutora Juliana Paixão

5º Vogal - Doutor Pêrsio Landim

6ª Vogal – Desembargadora Serly Marcondes Alves

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos por LUZIA GUEDES CARRARA (ID 18966149), em face do Acórdão nº 32235 que, em sessão plenária de 08/09/2025, por unanimidade, negou provimento ao Recurso Eleitoral, nos autos de Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME).

O referido Acórdão restou assim ementado (ID 118963508):

DIREITO ELEITORAL. RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO (AIME). CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO E POLÍTICO. REQUISITOS NÃO CONFIGURADOS. DESPROVIMENTO.

I. CASO EM EXAME

1. *O recurso.* Recurso Eleitoral interposto contra sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados em Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) proposta em face de candidatos eleitos. A ação buscava a cassação de registro ou diploma e a declaração de inelegibilidade.

2. *As alegações.* A parte recorrente alegou a prática de captação ilícita de sufrágio e abuso de poder econômico e político, consubstanciados na doação de madeiras por empresa de propriedade de um dos recorridos (então agente público e pré-candidato à reeleição), ocorrida em 04/08/2024. A conduta foi divulgada por vídeos em redes sociais, nos quais o recorrido era referido como "Prefeito da cidade".

3. *A decisão de primeira instância.* O juízo de primeira instância acolheu a preliminar de ilegitimidade passiva da empresa e, no mérito, entendeu que a conduta não se amoldava aos requisitos legais e jurisprudenciais para a configuração dos ilícitos.



II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO

4. Há três questões em discussão: (i) saber se a doação de bens, ocorrida antes do registro de candidatura e sem dolo específico de obtenção de votos, configura captação ilícita de sufrágio; (ii) saber se um ato pontual de doação, de valor não quantificado e inserido em contexto de ação social religiosa, sem evidências de uso desmedido de recursos ou estratégia coordenada, caracteriza abuso de poder econômico; e (iii) saber se a mera referência ao cargo de agente público em ação social privada, sem demonstração de vínculo com o exercício da função ou uso de estrutura pública, configura abuso de poder político.

III. RAZÕES DE DECIDIR

5. A captação ilícita de sufrágio, tipificada no art. 41-A da Lei nº 9.504/97, exige para sua configuração o marco temporal de "desde o registro da candidatura até o dia da eleição" e o dolo específico de obter votos. No caso, a doação ocorreu em 04/08/2024, antes do registro formal da candidatura em 06/08/2024, e as provas testemunhais foram uníssonas em negar qualquer conotação eleitoral, afastando a tipicidade da conduta.

6. O abuso de poder econômico caracteriza-se pelo uso exorbitante e desproporcional de recursos patrimoniais, públicos ou privados, com gravidade suficiente para comprometer a isonomia da disputa eleitoral. No presente caso, a doação de madeiras foi um ato pontual, de valor não quantificado nos autos, realizado em um contexto de ação social religiosa, sem evidências de uso sistemático, reiterado ou desmedido de recursos, ou inserção em uma estratégia eleitoral coordenada, o que inviabiliza a sua configuração.

7. O abuso de poder político ocorre quando o agente público se vale de sua condição funcional para beneficiar candidaturas, com desvio de finalidade eleitoreira. As provas dos autos evidenciaram que a doação foi realizada por empresa privada do recorrido, sem utilização de recursos públicos, servidores ou estrutura da administração municipal. A mera referência ao cargo ocupado, em contexto de ação social privada, não configura, por si só, o abuso de poder político, sendo necessária a demonstração do desvio de finalidade no exercício da função pública.

8. A condenação em Ação de Impugnação de Mandato Eletivo exige a apresentação de prova robusta e contundente dos abusos, não sendo admitidas condenações baseadas em conjecturas ou presunções para a aplicação de sanções como a cassação de mandato e a declaração de inelegibilidade.

IV. DISPOSITIVO E TESE

9. Recurso Eleitoral desprovido, mantendo-se a sentença que julgou improcedente a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.

Tese de julgamento: "1. A captação ilícita de sufrágio não se configura se a conduta for praticada antes do marco temporal do registro de candidatura e sem a comprovação de dolo específico de obtenção de votos." "2. Para a configuração do abuso de poder econômico, é essencial a demonstração de uso exorbitante e desproporcional de recursos, com gravidade capaz de desequilibrar a disputa eleitoral, não bastando um ato pontual sem finalidade eleitoreira comprovada." "3. O abuso de poder político exige a comprovação de que o agente público se valeu da condição funcional e de recursos ou estrutura pública para fins eleitorais, sendo insuficiente a mera referência ao cargo em contexto de ação privada." "4. A cassação de mandato e a declaração de inelegibilidade em AIME demandam prova robusta e inequívoca da prática dos ilícitos, afastando-se condenações baseadas em conjecturas."

Dispositivos relevantes citados: Lei nº 9.504/1997, art. 41-A; Lei Complementar nº 64/1990, art. 22; Resolução TSE nº 23.735/2024, art. 6º.

Jurisprudência relevante citada: TSE, AgR-RO-El nº 06019017620186230000, Rel. Min. Benedito Gonçalves, j. 09/03/2023, DJE Tomo 54; TSE, REspEl nº 06006066820206250035, Rel. Min. André Mendonça, j. 07/02/2025, DJE 14, data 10/02/2025; TRE-MG, REI nº 0600656-55.2020.6.13.0059,

Em suas razões, os embargantes sustentam a existência de omissão e contradição no julgado, pugnando pelo acolhimento dos presentes embargos com efeitos infringentes.



Intimada, a Coligação embargada apresentou contrarrazões (ID 18971880), manifestando-se pela rejeição dos embargos, argumentando que não há vícios no acórdão embargado.

A douta Procuradoria Regional Eleitoral, em seu parecer (ID 18970453), manifestou-se pela rejeição dos embargos, por entender que se trata de pretensão de rediscussão do mérito.

É o relatório.

11. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no(a) REI Nº 0600307-14.2024.6.11.0012



Participação da Presidente: Art. 19, II c/c 65, § 3º do RI

PROCEDENCIA: Campo Verde - MATO GROSSO

ASSUNTO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - RECURSO ELEITORAL - REPRESENTAÇÃO - CONDUTA VEDADA AO AGENTE PÚBLICO - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024

EMBARGANTE: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO

ADVOGADO: FULVIO FERRER KALIX PAES DE BARROS - OAB/MT16270-O

ADVOGADA: ALINE MOREIRA DE AGUIAR - OAB/MT27353-O

EMBARGANTE: ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

ADVOGADA: DORALICE DA SILVA PEREIRA - OAB/MT28669-O

ADVOGADO: RODRIGO TERRA CYRINEU - OAB/MT16169-A

ADVOGADO: ARTUR MITSUO MIURA - OAB/PR65559

ADVOGADA: ISABELA RICKEN SPADRIZANI - OAB/MT28938-B

ADVOGADA: BRUNA FIGUEIREDO OLIVEIRA SILVA - OAB/MT34681-O

EMBARGANTE: COLIGAÇÃO CAMPO VERDE NO RUMO CERTO - CAMPO VERDE - MT

ADVOGADA: DORALICE DA SILVA PEREIRA - OAB/MT28669-O

ADVOGADO: RODRIGO TERRA CYRINEU - OAB/MT16169-A

ADVOGADO: ARTUR MITSUO MIURA - OAB/PR65559

ADVOGADA: ISABELA RICKEN SPADRIZANI - OAB/MT28938-B

ADVOGADA: BRUNA FIGUEIREDO OLIVEIRA SILVA - OAB/MT34681-O

EMBARGANTE: CLEMILSON CARVALHO DO NASCIMENTO

ADVOGADA: DORALICE DA SILVA PEREIRA - OAB/MT28669-O

ADVOGADO: RODRIGO TERRA CYRINEU - OAB/MT16169-A

ADVOGADO: ARTUR MITSUO MIURA - OAB/PR65559

ADVOGADA: ISABELA RICKEN SPADRIZANI - OAB/MT28938-B

ADVOGADA: BRUNA FIGUEIREDO OLIVEIRA SILVA - OAB/MT34681-O

EMBARGANTE: EDNA QUEIROZ DA SILVA

ADVOGADO: DORALICE DA SILVA PEREIRA - OAB/MT28669-O

ADVOGADO: RODRIGO TERRA CYRINEU - OAB/MT16169-A

ADVOGADO: ARTUR MITSUO MIURA - OAB/PR65559

ADVOGADA: ISABELA RICKEN SPADRIZANI - OAB/MT28938-B

ADVOGADA: BRUNA FIGUEIREDO OLIVEIRA SILVA - OAB/MT34681-O

EMBARGANTE: SIMONI PEREIRA BORGES

ADVOGADA: DORALICE DA SILVA PEREIRA - OAB/MT28669-O

ADVOGADO: RODRIGO TERRA CYRINEU - OAB/MT16169-A

ADVOGADO: ARTUR MITSUO MIURA - OAB/PR65559

ADVOGADA: ISABELA RICKEN SPADRIZANI - OAB/MT28938-B

ADVOGADA: BRUNA FIGUEIREDO OLIVEIRA SILVA - OAB/MT34681-O

EMBARGADO: ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

ADVOGADA: DORALICE DA SILVA PEREIRA - OAB/MT28669-O

ADVOGADO: RODRIGO TERRA CYRINEU - OAB/MT16169-A

ADVOGADO: ARTUR MITSUO MIURA - OAB/PR65559

ADVOGADA: ISABELA RICKEN SPADRIZANI - OAB/MT28938-B

ADVOGADA: BRUNA FIGUEIREDO OLIVEIRA SILVA - OAB/MT34681-O



EMBARGADA: EDNA QUEIROZ DA SILVA

ADVOGADA: DORALICE DA SILVA PEREIRA - OAB/MT28669-O

ADVOGADO: RODRIGO TERRA CYRINEU - OAB/MT16169-A

ADVOGADO: ARTUR MITSUO MIURA - OAB/PR65559

ADVOGADA: ISABELA RICKEN SPADRIZANI - OAB/MT28938-B

ADVOGADA: BRUNA FIGUEIREDO OLIVEIRA SILVA - OAB/MT34681-O

EMBARGADA: COLIGAÇÃO AMPO VERDE NO RUMO CERTO - CAMPO VERDE - MT

ADVOGADA: DORALICE DA SILVA PEREIRA - OAB/MT28669-O

ADVOGADO: RODRIGO TERRA CYRINEU - OAB/MT16169-A

ADVOGADO: ARTUR MITSUO MIURA - OAB/PR65559

ADVOGADA: ISABELA RICKEN SPADRIZANI - OAB/MT28938-B

ADVOGADA: BRUNA FIGUEIREDO OLIVEIRA SILVA - OAB/MT34681-O

EMBARGADA: SIMONI PEREIRA BORGES

ADVOGADA: DORALICE DA SILVA PEREIRA - OAB/MT28669-O

ADVOGADO: RODRIGO TERRA CYRINEU - OAB/MT16169-A

ADVOGADO: ARTUR MITSUO MIURA - OAB/PR65559

ADVOGADA: ISABELA RICKEN SPADRIZANI - OAB/MT28938-B

ADVOGADA: BRUNA FIGUEIREDO OLIVEIRA SILVA - OAB/MT34681-O

EMBARGADO: CLEMILSON CARVALHO DO NASCIMENTO

ADVOGADA: DORALICE DA SILVA PEREIRA - OAB/MT28669-O

ADVOGADO: RODRIGO TERRA CYRINEU - OAB/MT16169-A

ADVOGADO: ARTUR MITSUO MIURA - OAB/PR65559

ADVOGADA: ISABELA RICKEN SPADRIZANI - OAB/MT28938-B

ADVOGADA: BRUNA FIGUEIREDO OLIVEIRA SILVA - OAB/MT34681-O

EMBARGADO: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO

ADVOGADO: FULVIO FERRER KALIX PAES DE BARROS - OAB/MT16270-O

ADVOGADA: ALINE MOREIRA DE AGUIAR - OAB/MT27353-O

PARECER: pelo não provimento de ambos os embargos de declaração

RELATOR: Dr. Edson Reis

1º Vogal - Doutor Luis Otávio Marques

2ª Vogal - Doutora Juliana Paixão

3º Vogal - Doutor Pêrsio Landim

4º Vogal - Doutor Raphael Arantes

5º Vogal - Desembargador Marcos Machado

6ª Vogal - Desembargadora Serly Marcondes Alves

RELATÓRIO

Trata-se de dois Embargos de Declaração opostos contra o Acórdão nº 32272, proferido por esta Egrégia Corte Eleitoral, que, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso, para reformar a sentença de primeiro grau a fim de julgar parcialmente procedente a representação, aplicando multa pecuniária aos agentes públicos por infração ao art. 73, § 10º, da Lei nº 9.504/1997.

Em suas razões recursais (ID 18970409), o primeiro embargante, PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO - PSD alega omissão no julgado por não ter especificado qual lei municipal autorizou a distribuição dos kits escolares, sendo este um elemento fundamental para a exceção do art. 73, § 10, da Lei das Eleições.

Sustenta, ainda, omissão/dúvida/obscuridade quanto à suficiência da lei estadual citada (Leis Estaduais

nº 11.485/2021 e nº 12.008/2023) para amparar a entrega dos notebooks, por ser a norma (Lei nº 11.485/2021, art. 21) de eficácia limitada, carecendo de regulamentação para autorizar a distribuição em ano eleitoral.



O PSD busca, ao final, a reforma para o acolhimento integral da representação.

Os segundos embargantes ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, EDNA QUEIROZ DA SILVA, SIMONI PEREIRA BORGES e CLEIMILSON CARVALHO DO NASCIMENTO (ID 18970510) alegam omissão porque o Acórdão não teria enfrentado a necessidade de interpretação restritiva das condutas vedadas, omissão por não ter reconhecido que a entrega dos kits escolares e notebooks era mera continuidade de política pública educacional de caráter universal, e omissão/contradição na fundamentação do patamar da multa fixada.

Ao final, os agentes públicos requerem a reforma para restabelecer a sentença de improcedência.

Os Embargados ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, EDNA QUEIROZ DA SILVA, SIMONI PEREIRA BORGES e CLEIMILSON CARVALHO DO NASCIMENTO apresentaram Contrarrazões (ID 18972520) em face dos embargos do PSD, requerendo o não acolhimento destes, sob a alegação de que não preenchem os requisitos do art. 1.022 do CPC, visando, na verdade, a rediscussão do mérito. Nas Contrarrazões, defenderam que o Acórdão já havia consignado que a distribuição dos kits escolares estava "fundada em legislação municipal e com execução orçamentária no exercício anterior", e que o fornecimento de material escolar e notebooks constitui obrigação constitucional e política pública educacional continuada, e não programa assistencialista.

A douta PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL manifestou-se pelo NÃO PROVIMENTO de ambos os embargos de declaração, entendendo que as alegações de ambas as partes visam apenas a reavaliação do mérito, o que é vedado na via estreita dos aclaratórios (ID 18974025).

É o relatório.